

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
COMUNICAÇÃO INTERNA	28/03/2023	000028	28/03/2023 11:16	2023/356970

Procedência:	MPC/PA
Interessado:	MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Assunto:	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DO ESTADO
SubAssunto:	CURSOS
Complemento:	18º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública / XVIII FBCGP
Origem:	MPC/PA - CEAF - MPC1
Anexo/Sequencial:	26, 27, 49, 52, 54



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2023/356970>



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 06/2023 – CEAF-MPC/PA

PAE nº 2023/356970

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	Capacitar 12 (doze) agentes públicos com vínculos com Ministério Público de Contas do Estado do Pará na área da Gestão e Contratações Públicas conforme a nova lei de licitações e contratos – Lei nº 14.133/2021.	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
QUAL O TIPO DE OBJETO?	☐ Bem. ☒ Serviço.	
QUAL A NATUREZA?	☐ Continuada.	☐ Com monopólio. ☐ Sem monopólio.
	☒ Não continuada.	
QUAL A VIGÊNCIA?	☐ 30 dias (pronta entrega). ☒ 180 dias. ☐ 12 meses. ☐ Indeterminado. ☐ dias. ☐ Outro: nnn ☐ meses. ☐ anos.	
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	☐ Sim. ☒ Não. ☐ Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	☐ Sim. Contrato nº: Prazo final: ☒ Não.	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada
	1	Empresa especializada com larga experiência em eventos de capacitação.

	2	Palestrantes com elevado conhecimento acadêmico nas áreas de contratações e gestão pública.
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	☐ Sim. Especificar: (Indicar o critério ou prática). ☒ Não.	
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	☐ Sim. ☒ Não. A contratação é a própria capacitação de membros e servidores do órgão.	
LEVANTAMENTO DE MERCADO		
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	☒ Consulta a fornecedores. ☒ Contratações similares. ☒ Internet. ☐ Audiência pública. ☐ Outro. Especificar: (Indicar o meio).	
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	O XVIII Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública foi escolhido por conter em sua programação palestras, painéis, conferências e demais eventos educacionais voltadas para nova contratação pública fundamentada na nova legislação (Lei nº14.133/2021) debatendo a função do controle externo, as principais decisões dos tribunais de contas, normas gerais, contratação direta, aspecto financeiros, econômicos, modalidades, modernização da contratação pública, entre outros conteúdos relacionados a no lei de licitações e contratos. Além de ser organizado e realizado pela Editora Fórum que tem mais de 30 (trinta) anos de experiência no tema de contratações públicas, participação confirmada de vários palestrantes com aprofundado conhecimento acadêmico, experiência prático-profissional na condução de evento de capacitação e já realizou 17 (dezesete) congressos nesta área. Verifica-se, por fim, que o preço proposto pela empresa, encontra-se dentro dos valores praticados no mercado, conforme mapa de preço e nota explicativa anexa ao processo 2023/356970. <i>Atendendo, assim, a necessidade de capacitação do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.</i>	
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	☒ Sim. ☐ Não.	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO		

O QUE SERÁ CONTRATADO?	A presente contratação requer uma empresa especializada para fornecer 12 (doze) inscrições em evento de capacitação relacionados a gestão e contratação pública, conforme descrito neste documento. Todos os demais elementos necessários à prestação do serviço estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da Contratada e especificações técnicas do serviço.			
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	☒ Não há. ☐ 90 dias. ☐ 12 meses. ☐ dias. ☐ Outro: nnn ☐ meses. ☐ anos.			
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	☐ Sim. Justificativa: ☒ Não.			
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	☐ Sim. Descrever solução: ☒ Não.			
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO				
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	☐ Análise de contratações anteriores. ☐ Análise de contratações similares. ☒ Outro. Especificar: Conforme consulta da necessidade de capacitação aos departamentos e consolidado no Plano anual de Capacitação de 2023 do MPC/PA, disponível no sítio eletrônico do órgão. (Clique aqui).			
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	Aquisição de 12 (doze) inscrições em evento de capacitação, considerando a proporção de 5 (cinco) inscrições pagas para 1 (uma) cortesia fornecida pela empresa especializada no objeto da contratação.			
ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtd
	1	Inscrição em evento de capacitação na área de contratação pública, conforme lei nº14.133/2021.	1	12
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO				

ASSINCO ELETTRONICAMENTE PER MAILA DE UN USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
06/27/2023 10:28 (hora local) - Rev. Última Anistia: 2495262602ent.ac5577935052c:2d2d04b8d5f9c206:216d99930716374

O Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF utiliza-se do presente instrumento para subsidiar a aquisição estimada em 12 (doze) inscrições no 18º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública XVIII FBCGP, mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, f, c/c art. 6º, XVIII, f da Lei nº 14.133/2021, o qual reunirá o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto pretendido.

Este documento levou em consideração as especificações informadas no DFD 01/2023 - CEAF/MPC/PA e na proposta comercial em anexo, os quais integram o presente termo.

Aquisição estimada em 12 (doze) inscrições no 18º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública XVIII FBCGP para capacitar membros e servidores do MP de Contas relacionados a contratação pública, sendo 10 (dez) inscrições pagas e 2 (duas) cortesias.

A metodologia, conteúdo programático e materiais didáticos a serem fornecidos constam da programação do evento em anexo.

O objeto possui natureza de serviço não continuado técnico-profissional especializado de natureza singular.

Membros e servidores do MPC/PA.

Qualificar membros e servidores do órgão no tema de contratações e gestão pública com base na nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, que entrou em vigor e substituiu as Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 completamente em 1º de abril de 2023.

6. JUSTIFICATIVA

6.1. Atender o despacho proferido nos autos, conforme seq. 9 do processo eletrônico 2023/356970.

6.2. Sabe-se que o Ministério Público de Contas do Estado do Pará realiza contratação de produtos e serviços para atender suas demandas administrativas, atua diretamente na fiscalização das contratações públicas realizadas pelos seus jurisdicionados com a missão de garantir a correta utilização dos recursos públicos pelo Estado e a lisura dos processos licitatórios, conforme diploma legal.

6.3. Diante das consideráveis alterações e inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021, se torna imprescindível à formação, atualização e capacitação profissional dos membros e servidores do órgão, para assim promover o contínuo aprimoramento dos serviços prestados pelo MPC/PA, tanto na atividade meio, quanto na atividade finalística de controle externo.

6.4. A contratação está de acordo com o Plano Anual de Compras e Contratações (PACC 2022) - ID: CEA5. Enquadramento nas ações do PPA: ação 8748 - capacitação de membros e servidores"

6.5. Portanto, a realização das inscrições tem como finalidade proporcionar aos participantes o conhecimento acerca da contratação na administração pública de acordo com a nova lei de licitação – Lei nº14.133/2021.

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, COM INDICAÇÃO DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1. A FÓRUM é uma empresa que atua desde 1992 na organização e promoção de eventos educacionais voltado para a Administração Pública com foco em Direito público e no controle externo. É responsável em promover, uma vez ao ano, o Fórum Brasileiro de Contratações & Gestão Pública, sob a análise e expertise de renomados especialistas.

7.2. Conforme proposta comercial e Documento de Formalização de Demanda – DFD, anexos, propõem-se as inscrições no evento denominado XVIII FBCGP com o tema “A NOVA CONTRATAÇÃO PÚBLICA” promovido pela empresa

FÓRUM LTDA, instituição organizadora de eventos de capacitação com 30 anos de atuação, referência na capacitação de pessoal na área de contratações públicas, com diversos cursos já ministrados em órgãos públicos, dando suporte para a Administração Pública em matéria de licitações e contratos administrativos, apresentando soluções e cursos voltados especificamente às necessidades de cada instituição.

8. CUSTO ESTIMADO

8.1 O valor estimado de R\$4.980,00 (quatro mil e novecentos e oitenta reais) para cada inscrição no **18º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública XVIII FBCGP**, para uma demanda estimada em 10 (dez) inscrições pagas e 2 (duas) cortesias. Totalizando uma estimativa de investimento no valor de R\$49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais) para a capacitação dos membros e servidores do MPC/PA, conforme proposta comercial em anexo na seq.7 do processo 2023/356970.

9. DA FORMALIZAÇÃO E DO PRAZO DO CONTRATO

9.1. A minuta do contrato será elaborada pelo Departamento de Aquisições Contratos e Convênios – DACC e estabelecerá um prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do contrato, conforme determina o art. 105 da lei nº 14.133/2021.

10. METODOLOGIA

10.1 O Fórum será realizado nos dias 11 e 12 de maio de 2023 em formato presencial e carga horaria de 16 h.

10.2. O serviço deverá ser prestado conforme conteúdo programático e carga horária indicados na proposta (anexo) e o Certificado será enviado até 5º dia útil após a finalização do evento.

11. RECURSOS DIDÁTICOS

- ▶ Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- ▶ Apostila do curso.
- ▶ Certificado.

12. DATAS, HORÁRIOS E LOCAL

12.1 18º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública: A NOVA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, ocorrerá nos dias 11 e 12 de maio de 2023, em Brasília/DF das 9h às 17h, conforme disponibilização da empresa.

13. CARGA HORÁRIA TOTAL

Carga horária total de 16 (dezesesseis) horas-aulas.

14. ESTIMATIVA DE VAGAS

14.1. Estimativa de aquisição de 10 (dez) inscrições pagas e 2 (duas) cortesias para 18º Fórum de Contratações Públicas.

15. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTO

15.1. A gestão do contrato ficará a cargo do servidor especialmente designado em ato próprio do Procurador Geral de Contas – PGC do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, de acordo com a prescrição do art. 117, da Lei Nacional nº 14.133/2021.

15.2. O objeto será recebido pelo fiscal do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação de nota fiscal, para fins de verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste termo de referência, do instrumento contratual e da proposta comercial.

15.3. Os serviços entregues em desconformidade com o especificado neste TR, no contrato e na proposta comercial serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo a ser acordado entre as partes e não superior a 180 (cento e oitenta dias), contado da data do recebimento da notificação pela contratada, suspendendo-se o prazo de recebimento do objeto e de pagamento, até que as irregularidades sejam integralmente sanadas.

15.4. O contratado ficará obrigado a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem incorreções de execução.

15.5. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência do fiscal da contratação, este deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

15.6. Pela perfeita e fiel execução do objeto desta contratação, o MPC/PA efetuará o pagamento do preço previsto na cláusula 8 (itens 8.1) em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da atestação emitida pelo fiscal do contrato, na Nota Fiscal/Fatura/Recibo da Contratada, através de ordem bancária.

15.7. O prazo para atestação não ocorrerá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pelo fiscal da contratação.

15.8. Para o pagamento, o contratado deverá comprovar a regularidade relativa a débitos trabalhistas (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas); FGTS (CRF - Certificado de Regularidade do FGTS); débitos previdenciários e aos tributos federais e dívida ativa (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

15.9. Qualquer incorreção na Nota Fiscal/Fatura/Recibo comunicada à Contratada suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao MPC/PA encargos financeiros adicionais.

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

16.1. A presente contratação requer uma empresa especializada para fornecer 12 (doze) inscrições em evento de capacitação relacionados a gestão e contratação pública, conforme descrito no item 2 deste documento.

16.2. Todos os demais elementos necessários à prestação do serviço estarão dispostos no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e o Instrumento contratual, entre eles as obrigações e responsabilidades da Contratada e especificações técnicas do serviço prestado.

17. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

19.1.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

19.1.4. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

19.1.5. Credenciar os inscritos, fornecer material e o acesso ao evento de capacitação;

19.1.6. Fornecer o certificado de conclusão aos participantes dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o término de cada curso contratado;

19.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação de âmbito federal, estadual e municipal, pertinente ao objeto contratado;

19.1.8. Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado, em, no máximo 2 (dois) dias úteis, contados a partir da comunicação do Contratante;

19.1.9. Informar ao MPC/PA caso haja alteração em seus dados bancários, nome, endereço, telefone, e-mail entre outros dados relevantes;

19.1.10. Manter sigilo, além da proteção de dados, sob pena de responsabilidade civil e penal, sobre todo e qualquer assunto de interesse do MPC-PA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste instrumento, devendo orientar seus empregados nesse sentido, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

19.2. São Obrigações do Contratante:

19.2.1 Indicar os servidores que participarão da ação de capacitação;

19.2.2 Emitir a nota de empenho e enviar a contratada;

19.2.3 Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos neste Instrumento;

20.2.3. Do Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo de até 03 (três) anos, respeitadas a razoabilidade e a proporcionalidade;

20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

20.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.4. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3 e 18.2.4, poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e à Lei Estadual 8.972/2020, bem como à Portaria nº 178/2022/MPC/PA.

20.6. A aplicação da sanção estabelecida no item 18.2.4 é de competência exclusiva do Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

20.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.8. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à **CONTRATADA**, respeitando o princípio do contraditório e o princípio da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, na conta bancária do **MPC/PA**, ficando a **CONTRATADA** obrigada a comprovar o recolhimento, mediante apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

20.9. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da notificação.

20.9.1. Atingido o limite de 60 (sessenta dias), o débito poderá ser cobrado judicialmente.

20.10. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a **CONTRATADA** responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

20.11. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao **MPC/PA**, decorrente das infrações cometidas.

20.12. O valor de qualquer das multas, poderá ser descontado de qualquer fatura ou crédito da **CONTRATADA** existente no **MPC/PA**.

Belém, 26 de abril de 2023.

João Quemel Lira Junior
Analista Ministerial – Controle Externo
Matrícula: 200272
CEAF/MPC-PA

De acordo.
Danielle Fátima Pereira da Costa
Procuradora de Contas
Diretora – CEAF/MPC-PA



TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2023/MPC-PA

Processo nº 2023/356970

Com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com o que consta dos autos (Protocolo PAE nº 2023/356970), em especial a manifestação da Assessoria Jurídica do Ministério Público de Contas do Estado do Pará - MPC-PA (Parecer nº 31/2023, de 18/04/2023), resta inexigível a licitação para despesa com inscrição de membros e servidores do MPC-PA junto a **EDITORA FÓRUM LTDA**, CNPJ 41.769.803/0001-92, com sede à Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211, CEP 31.710-430, bairro: Jardim Atlântico, Belo Horizonte - MG,, para participação no **18º FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA / XVIII FBCGP**, a ser realizado em formato presencial, nos dias de 11 e 12 de maio de 2023, em Brasília/DF.

A despesa, ora autorizada, no valor total de **R\$ 49.800,00** (quarenta e nove mil e oitocentos reais), corresponde a 12 (doze) participantes, sendo 02 (duas) inscrições a título de cortesia e será executada à conta da seguinte dotação orçamentária: **Programa de Trabalho:** 01.032.1493.8748.0000; **Natureza da Despesa:** 33.90.39.00; **Fonte de Recurso/Origem do Recurso Estadual:** 01.500.0000.01.

Belém/PA, 08 de maio de 2023.

Assinado eletronicamente

STEPHENSON OLIVEIRA VICTER
Procurador-Geral de Contas, em exercício



NOTA DE EMPENHO

Documento: 2023.370101NE000362

Data de Lançamento	Número Prd	Cod. Ação	Nº do Processo
09/05/2023	-		2023/356970

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Detalhamento	Nat.Desp.	PI
400091	37101	01.032.1493.8748	01500.000001	000000	339039	4120008748C

Emenda Parlamentar:

Identificação

UG Emissora: 370101 - MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS ESTADO DO PARA
Credor: EDITORA FORUM LTDA CPF/CNPJ: 41769803000192
Endereço: RUA DA BAHIA, 1443, CONJ.505 - LOURDES
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30160-011

Tipo de Contratação

Ref. Legal: LEI 8666/93 Modalidade: GLOBAL Origem Material:
Licitação: 07 LICITACAO INEXIGIVEL Acordo:
Contrato: Convênio:

Item	U.M	Natureza	Especificação	Qtde.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
1	UNIDADE	33903922	CURSOS DE CAPACITAÇÃO	1	49.800,00	49.800,00

Informações Complementares:

Data de Entrega: _____

Local: _____

Valor Total R\$ 49.800,00

Valor por Extenso: QUARENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS REAIS

Nome: PATRICK BEZERRA MESQUITA
CPF: 01295447363
Ordenador



NOTA DE EMPENHO

Documento: 2023.370101NE000362

DADOS DA DESCRIÇÃO DO PRD

Orgão: 37 - MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS ESTADO DO
PARA

Emissão: 09/05/2023

PRD:

Tipo:

Descrição: EMPENHO CONFORME TERMO DE INEXIGIBILIDADE N° 05/2023/MPC/PA PARTICIPAÇÃO NO 18º FÓRUM
BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA /XVIII FBCGP, A SER REALIZADO EM FORMATO
PRESENCIAL, NOS DIAS DE 11 E 12 DE MAIO DE 2023, EM BRASÍLIA/DF. SERÃO 12 PARCIPANTES SENDO 2
INSCRIÇÕES A TITULO DE CORTESIA.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: RESERVEN OLIVEIRA VICTOR (Lei 11.419/2006)
em 09/05/2023 às 10:05 - End.: Parintama (0100441630418 - MPC-REPRESENTAÇÃO - REPRESENTAÇÃO)

